

EDUCAÇÃO SEXUAL DIGITAL E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: O IMPACTO DE PLATAFORMAS ONLINE NO COMPORTAMENTO SEXUAL DE JOVENS

DIGITAL SEX EDUCATION AND TEENAGE PREGNANCY: THE IMPACT OF ONLINE PLATFORMS ON ADOLESCENT SEXUAL BEHAVIOR

EDUCACIÓN SEXUAL DIGITAL Y EMBARAZO ADOLESCENTE: EL IMPACTO DE LAS PLATAFORMAS EN LÍNEA EN EL COMPORTAMIENTO SEXUAL DE LOS JÓVENES

Raquel Figueiredo de Carvalho Costa¹
Francisca Joélia Alves de Lucena²
João Guilherme Rodrigues Mendonça³

RESUMO: Este artigo analisa os impactos da educação sexual digital no comportamento sexual de adolescentes e sua relação com a gravidez precoce. Parte-se do problema de como conteúdos acessados em redes sociais influenciam práticas sexuais juvenis. O objetivo é compreender essas dinâmicas a partir de uma revisão bibliográfica sistemática (2015–2025), fundamentada em autores como Araújo (2023) e Alves et. al (2023). Os resultados indicam que, embora as mídias digitais ampliem o acesso à informação, a ausência de mediação crítica favorece a desinformação, erotização precoce, reprodução de estereótipos, abusos sexuais e gravidez na adolescência. Conclui-se que políticas públicas devem integrar estratégias de educação sexual inclusiva e digitalmente orientada para reduzir a gravidez na adolescência.

1802

Palavras-chave: Educação sexual. Gravidez na adolescência. Redes sociais. Juventude. Mídias digitais.

ABSTRACT: This article analyzes the impacts of digital sex education on adolescent sexual behavior and its relationship with early pregnancy. It addresses the issue of how content accessed on social media influences youth sexual practices. The objective is to understand these dynamics through a systematic literature review (2015–2025), based on authors such as Araújo (2023) and Alves et al. (2023). The findings indicate that although digital media expands access to information, the lack of critical mediation fosters misinformation, early sexualization, reproduction of stereotypes, sexual abuse, and teenage pregnancy. It is concluded that public policies must integrate inclusive and digitally oriented sex education strategies to reduce adolescent pregnancy.

Keywords: Sex education. Teenage pregnancy. Social media. Youth. Digital media.

¹Professora, mestranda em educação profissional pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR.

²Professora, mestranda em educação profissional pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR.

³ Orientador do programa de mestrado e doutorado PPGEEprof-UNIR.

RESUMEN: Este artículo analiza los impactos de la educación sexual digital en el comportamiento sexual de los adolescentes y su relación con el embarazo precoz. Parte del problema de cómo los contenidos accedidos en redes sociales influyen en las prácticas sexuales juveniles. El objetivo es comprender estas dinámicas a partir de una revisión bibliográfica sistemática (2015–2025), basada en autores como Araújo (2023) y Alves et al. (2023). Los resultados indican que, aunque los medios digitales amplían el acceso a la información, la ausencia de una mediación crítica favorece la desinformación, la erotización precoz, la reproducción de estereotipos, los abusos sexuales y el embarazo adolescente. Se concluye que las políticas públicas deben integrar estrategias de educación sexual inclusiva y orientada digitalmente para reducir el embarazo en la adolescencia.

Palabras clave: Educación sexual. Embarazo adolescente. Redes sociales. Juventud. Medios digitales.

INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência é uma problemática histórica e persistente nas agendas da saúde pública, educação e direitos humanos, especialmente em países marcados por desigualdades socioeconômicas e lacunas estruturais como o Brasil. Embora indicadores mostrem uma tendência de queda nas taxas de fecundidade entre adolescentes, o fenômeno ainda atinge proporções preocupantes, sobretudo entre jovens em situação de vulnerabilidade social, racial e territorial. Dados do Ministério da Saúde (2022) apontam que mais de 300 mil partos foram realizados em adolescentes com menos de 19 anos, refletindo não apenas uma falha de políticas preventivas, mas a ausência de estratégias educativas eficazes e adaptadas à realidade juvenil contemporânea.

Nas últimas décadas, transformações profundas nas dinâmicas comunicacionais, impulsionadas pela expansão da internet e das redes sociais digitais, alteraram significativamente os processos de socialização e construção de conhecimento entre os adolescentes. Plataformas como YouTube, TikTok e Instagram passaram a ocupar um lugar central na vida dos jovens, não apenas como espaços de entretenimento, mas como fontes primárias de informação sobre temas complexos, como sexualidade, métodos contraceptivos, identidade de gênero e saúde reprodutiva.

Esse novo ecossistema informacional, no entanto, é marcado por ambiguidades: ao mesmo tempo em que democratiza o acesso ao conhecimento, também dissemina conteúdos desinformativos, estereotipados e, por vezes, nocivos à autonomia sexual e à saúde dos adolescentes. Nesse contexto, emerge o seguinte problema de pesquisa: De que maneira a

educação sexual digital, acessada de forma informal por meio das redes sociais, influencia o comportamento sexual de adolescentes e impacta nas taxas de gravidez precoce no Brasil?

O objetivo geral deste estudo é analisar os efeitos da educação sexual digital no comportamento sexual de adolescentes, com ênfase na sua relação com a incidência da gravidez na adolescência. Como objetivos específicos, busca-se: identificar os principais canais digitais utilizados por adolescentes para obter informações sobre sexualidade; compreender como esses conteúdos são interpretados e aplicados na prática; avaliar os riscos e potencialidades das mídias digitais como instrumentos de educação sexual; discutir alternativas para políticas públicas que integrem tecnologia, juventude e saúde reprodutiva.

A metodologia adotada é uma revisão bibliográfica sistemática, com análise crítica de produções científicas publicadas entre 2015 e 2025 em bases indexadas e repositórios acadêmicos. Os critérios de inclusão envolveram artigos que abordam a intersecção entre juventude, sexualidade, educação digital e gravidez precoce, com enfoque qualitativo e sociocultural. Foram utilizados descritores como “educação sexual”, “gravidez na adolescência”, “mídias digitais” e “redes sociais”, combinados por operadores booleanos nas buscas.

O referencial teórico fundamenta-se na obra de Manuel Castells (2013), que analisa a sociedade em rede e os impactos das tecnologias digitais na formação de subjetividades; Guacira Lopes Louro (1997), que discute as pedagogias da sexualidade e os dispositivos de poder no discurso educacional; Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro (2016), que abordam as desigualdades de gênero e violência simbólica nos espaços escolares; e documentos institucionais como o relatório da UNESCO (2018), que propõe diretrizes para políticas de educação sexual integral na América Latina.

A justificativa para a realização deste estudo reside na urgência de repensar os paradigmas tradicionais de educação sexual frente às novas formas de sociabilidade juvenil mediadas por plataformas digitais. A ausência ou fragilidade das abordagens escolares, associada à ampla presença de adolescentes em redes sociais, demanda uma reflexão crítica e intersetorial sobre o papel das tecnologias no desenvolvimento sexual e reprodutivo das novas gerações. Ao investigar essa relação, o artigo busca contribuir com subsídios teóricos e práticos para a formulação de políticas públicas e estratégias educativas que articulem tecnologia, cidadania e direitos sexuais.

Adolescência, sexualidade e informação: o cenário brasileiro

A adolescência é compreendida como uma fase decisiva no processo de desenvolvimento humano, marcada por intensas transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Caracterizada por ser um período de transição entre a infância e a vida adulta, essa etapa envolve a construção da identidade, o fortalecimento da autonomia e o despertar da sexualidade. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência compreende a faixa etária entre os 10 e os 19 anos, sendo reconhecida como uma fase de maior vulnerabilidade frente a comportamentos de risco, especialmente no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva.

Do ponto de vista biopsicossocial, o corpo do adolescente passa por uma série de mudanças hormonais e fisiológicas que alteram sua percepção sobre si e sobre o outro, enquanto aspectos emocionais e sociais como o desejo de aceitação, a experimentação e a influência de pares tornam-se mais acentuados. Nesse processo, a sexualidade emerge de forma significativa, exigindo suporte, diálogo e orientação qualificada. Porém, no contexto brasileiro, essa sexualidade ainda é cercada por tabus, silêncios e moralismos, o que compromete o direito dos adolescentes ao acesso à informação clara, precisa e respeitosa.

Vilela et. al (2020) demonstram que os adolescentes enfrentam inúmeros desafios no processo de construção de sua sexualidade. Em muitos lares, o tema é evitado ou tratado de forma punitiva; na escola, quando presente, a abordagem tende a ser fragmentada e biologizante, focando exclusivamente em aspectos reprodutivos e doenças. Segundo Abramovay e Castro (2016), os espaços escolares não têm conseguido se consolidar como ambientes seguros e acolhedores para o debate sobre sexualidade, em parte devido à resistência cultural de famílias e gestores, e em parte pela falta de formação dos professores para mediar tais discussões com criticidade e sensibilidade. A omissão e a superficialidade nesse processo geram lacunas informacionais que os adolescentes buscam preencher por meio de outras fontes – muitas vezes de procedência duvidosa, como conteúdos encontrados em redes sociais e sites não verificados.

Outro elemento central que impede o avanço de uma educação sexual emancipadora no Brasil são as barreiras socioculturais e institucionais. Em muitas comunidades, sobretudo em contextos marcados por forte influência religiosa ou política conservadora, a sexualidade ainda é tratada como assunto proibido, o que inviabiliza ações educativas consistentes.

Além disso, muitos profissionais da educação se sentem inseguros ou despreparados para trabalhar temas como sexualidade, diversidade sexual e identidade de gênero em sala de aula, como aponta o estudo de Lima e Cardoso (2019). Segundo os autores, cerca de 78% dos professores entrevistados afirmaram não ter recebido qualquer tipo de formação sobre como abordar educação sexual, revelando um distanciamento entre as diretrizes curriculares e a prática pedagógica cotidiana.

Essas questões contribuem para a manutenção de indicadores alarmantes de gravidez na adolescência. De acordo com a Unesco (2018), o Brasil apresenta uma das maiores taxas de fecundidade entre adolescentes da América Latina, com variações significativas conforme região, raça e condição socioeconômica. Em 2022, dados do Ministério da Saúde indicaram que mais de 300 mil bebês nasceram de mães com menos de 19 anos, número que evidencia a persistência do problema, apesar dos esforços em campanhas de prevenção. Além dos impactos diretos sobre a saúde da mãe e do bebê, a maternidade precoce costuma gerar consequências sociais e educacionais graves, como a evasão escolar, o ingresso precoce no mercado de trabalho informal e a interrupção de projetos de vida.

A gravidez na adolescência constitui uma questão crítica de saúde pública, com efeitos multidimensionais que atingem não apenas a jovem gestante, mas também sua família, comunidade e o sistema educacional e de saúde como um todo. Em um cenário onde o acesso à informação, aos serviços reprodutivos e à educação sexual é desigual, as adolescentes em situação de vulnerabilidade tornam-se as principais afetadas por esse fenômeno. Suas consequências são amplas, duradouras e, muitas vezes, intergeracionais.

Um dos efeitos mais imediatos da gravidez precoce é a evasão escolar. Muitas adolescentes abandonam os estudos durante a gestação ou após o nascimento do bebê, seja por falta de apoio institucional, vergonha, ou por não haver estrutura adequada que concilie maternidade e escolarização. Como destaca o artigo de Raquel (2023), a maternidade precoce interfere de maneira direta no desenvolvimento de projetos pessoais e profissionais da jovem, levando à interrupção da trajetória educacional e limitando oportunidades futuras.

Segundo Silva, Freitas e Araújo (2017), a evasão escolar relacionada à gravidez compromete a inserção da adolescente no mercado de trabalho, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social. Sem o ensino básico completo, as possibilidades de qualificação profissional são reduzidas, e o ingresso em empregos formais se torna mais difícil.

A gravidez precoce frequentemente leva à dependência econômica da família de origem ou do Estado. Em muitos casos, o pai da criança é ausente ou também adolescente, sem condições de prover suporte financeiro. Essa situação coloca a jovem em um papel de vulnerabilidade econômica, onde o sustento próprio e do filho depende do apoio dos avós, de programas de transferência de renda ou do trabalho informal, que muitas vezes é precário e explorador.

Conforme afirma Souza e Oliveira (2022, p. 53), “a maternidade adolescente acentua desigualdades socioeconômicas já existentes e reforça a feminização da pobreza”, pois a sobrecarga do cuidado recai majoritariamente sobre a adolescente, com pouca ou nenhuma divisão de responsabilidades parentais.

O impacto emocional da maternidade precoce é igualmente profundo. Silva, Freitas e Araújo (2017) apontam altos índices de ansiedade, depressão, isolamento social e sentimentos de culpa ou inadequação entre jovens mães. Como ainda estão em fase de construção de identidade, muitas adolescentes enfrentam conflitos internos entre o papel de mãe e o desejo de vivenciar a adolescência com liberdade e autonomia.

Segundo Vilela et al. (2020, p. 32), “a sobrecarga emocional, o preconceito social e a interrupção das relações sociais típicas da adolescência geram quadros recorrentes de sofrimento psíquico”, principalmente quando a gravidez ocorre em contextos de abandono familiar ou como consequência de abuso sexual.

Do ponto de vista da saúde física, a gravidez na adolescência está associada a maiores riscos obstétricos, como parto prematuro, baixo peso do recém-nascido e complicações no parto. Isso ocorre porque o corpo da adolescente ainda está em processo de desenvolvimento, o que pode dificultar a gestação e o parto saudável. Além disso, o pré-natal é frequentemente iniciado tardiamente ou conduzido de forma irregular, o que compromete o acompanhamento médico adequado.

Segundo a UNESCO (2018), filhos de mães adolescentes têm maior probabilidade de apresentar atraso no desenvolvimento cognitivo, baixo rendimento escolar e dificuldades de socialização, especialmente quando criados em contextos de carência afetiva, educacional e financeira.

A gravidez precoce ainda carrega um forte estigma moral na sociedade, especialmente quando a gestante é negra, pobre ou residente de periferias. Essa estigmatização se manifesta

em discursos culpabilizantes, tanto no ambiente escolar quanto na comunidade, e pode agravar ainda mais o isolamento da adolescente. O preconceito é uma das principais razões que levam jovens mães a abandonar a escola ou a não procurar serviços de saúde. Como aponta Abramovay e Castro (2006, p. 83), “a cultura punitiva e moralista das instituições tende a afastar as adolescentes grávidas em vez de acolhê-las, reforçando trajetórias de exclusão social e invisibilidade”.

A gravidez na adolescência não é apenas um evento isolado, mas um marcador de desigualdades estruturais. As jovens mais afetadas por esse fenômeno geralmente estão inseridas em contextos de racismo, sexismo, violência doméstica e ausência de políticas públicas efetivas. Como afirma o artigo de Raquel (2023, p. 19), a maternidade precoce é frequentemente "expressão de vulnerabilidades históricas, territoriais e institucionais", sendo mais comum entre adolescentes negras, indígenas e periféricas. Nesse sentido, a gravidez na adolescência pode perpetuar um ciclo intergeracional de pobreza, em que a filha de uma mãe adolescente tem mais chances de repetir a mesma trajetória, caso as condições estruturais não sejam transformadas.

É importante compreender que a gravidez precoce não é apenas uma questão individual, mas uma expressão de vulnerabilidades estruturais. Fatores como desigualdade social, racismo, sexismo, violência doméstica, falta de acesso a serviços de saúde e educação de qualidade formam um conjunto de barreiras que incidem com maior força sobre determinadas populações. Segundo Silva, Freitas e Araújo (2017), adolescentes negras, indígenas, pobres e residentes em áreas periféricas são mais expostas ao risco de gravidez precoce, devido à baixa escolaridade, à fragilidade do diálogo familiar e à ausência de políticas públicas contínuas e territorializadas.

A ausência de políticas públicas estruturadas, aliada à resistência cultural, tem levado os adolescentes a buscarem nas mídias digitais suas principais fontes de informação sobre sexualidade. Embora esse movimento possa representar um caminho alternativo de acesso ao conhecimento, ele também expõe os jovens a conteúdos inadequados, estereotipados e, muitas vezes, desinformativos. A busca por respostas na internet – sem qualquer mediação crítica – pode naturalizar práticas arriscadas, mitos sobre o corpo e relações afetivas abusivas.

É necessário reconhecer que a vivência da sexualidade na adolescência é um direito garantido por marcos legais e normativos nacionais e internacionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Promover uma educação sexual abrangente, inclusiva, dialógica e

baseada em evidências científicas é essencial para garantir a saúde integral dos adolescentes, reduzir os índices de gravidez precoce e fortalecer a cidadania juvenil.

Nesse sentido, se evidencia que a abordagem da sexualidade na adolescência no Brasil ainda enfrenta grandes entraves, que vão desde a estrutura precária das escolas até os discursos conservadores que permeiam as relações sociais. Compreender esse cenário é o primeiro passo para a construção de estratégias efetivas de prevenção à gravidez precoce e para o fortalecimento de políticas públicas que incluam, respeitem e escutem os adolescentes em suas múltiplas realidades.

Educação sexual na era digital e suas influências para a gravidez na adolescência

O século XXI testemunha uma transformação radical nas formas de acessar, produzir e compartilhar informações. A juventude contemporânea cresce imersa em um ecossistema digital dinâmico, onde conteúdos são consumidos e disseminados com velocidade e abrangência inéditas. Nesse novo cenário, a educação sexual, historicamente negligenciada nas instituições formais (Louro, 1997), passa a encontrar na internet e nas mídias digitais uma alternativa para suprir a ausência de espaços seguros e informativos nas escolas e famílias. Assim, a educação sexual digital se consolida como um fenômeno social relevante, com impactos diretos sobre a forma como adolescentes constroem seus saberes, atitudes e práticas sexuais.

1809

As redes sociais, os canais de vídeo, os podcasts e até mesmo os memes transformaram-se em veículos privilegiados de transmissão de informações (e desinformações) sobre sexualidade. Nesse universo, plataformas como YouTube, TikTok, Instagram e Twitter são utilizadas por adolescentes para aprenderem sobre temas que vão desde métodos contraceptivos até consentimento, prazer, masturbação, relacionamentos tóxicos e identidade de gênero. O estudo de Macedo e Silva (2020), por exemplo, identificou que adolescentes recorrem com frequência a vídeos de youtubers e influenciadores digitais para tirar dúvidas que não se sentem confortáveis em discutir com adultos de referência ou professores.

Entre os principais potenciais da educação sexual digital, destaca-se a democratização da informação. Para muitos adolescentes, especialmente os que vivem em contextos conservadores ou em áreas com escassez de políticas públicas efetivas, o ambiente digital representa a única fonte de acesso a conteúdos relacionados à sexualidade.

A possibilidade de pesquisar anonimamente, sem julgamento ou exposição, facilita o aprendizado sobre temas que ainda são tabu em diversas comunidades. Além disso, a linguagem acessível, os recursos visuais e a identificação com influenciadores jovens tornam o processo mais atrativo e engajador do que as abordagens escolares tradicionais.

Outro aspecto positivo é a visibilidade que a internet proporciona à diversidade sexual e de gênero. Muitos adolescentes LGBTQIA+ relatam encontrar, nas redes, apoio, representatividade e referências que não encontram em seus ambientes presenciais. Essa conexão com comunidades online pode contribuir para o fortalecimento da autoestima, para o enfrentamento da discriminação e para o acesso a informações específicas sobre saúde sexual e direitos. Plataformas como o Instagram, por exemplo, contam com páginas de coletivos, ONGs e ativistas que desenvolvem projetos voltados à juventude queer com linguagem adequada e conteúdo qualificado.

Contudo, é necessário reconhecer os riscos e limites desse modelo informal de educação sexual, sobretudo quando o conteúdo consumido não é mediado de forma crítica. A ausência de regulamentação nas redes, somada à lógica de engajamento e monetização dos algoritmos, favorece a proliferação de vídeos sensacionalistas, mitos sobre sexualidade, erotização precoce e reforço de estereótipos de gênero. Como alertam Souza e Oliveira (2022), a educação sexual digital pode tanto libertar quanto aprisionar, dependendo da natureza e da intencionalidade dos conteúdos acessados.

1810

A lógica algorítmica das plataformas digitais também contribui para a formação de bolhas informacionais, nas quais os adolescentes são expostos apenas a conteúdos similares àqueles com os quais já interagiram, o que limita a diversidade de perspectivas. Além disso, há uma tendência à hipervalorização do corpo, da performance sexual e da estética, elementos que podem gerar ansiedade, distorções de autoimagem e inseguranças emocionais, principalmente entre meninas e pessoas não cis-heteronormativas.

O estudo de Alves et al. (2023), realizado com adolescentes em escolas públicas do Nordeste brasileiro, revelou que 68% dos jovens afirmaram buscar informações sobre sexo nas redes sociais, principalmente no TikTok e no YouTube. Entretanto, mais da metade dos entrevistados não sabia avaliar se os conteúdos acessados eram cientificamente corretos. O levantamento identificou ainda a influência de influenciadores digitais no comportamento

sexual dos adolescentes, incluindo relatos de adoção de práticas inseguras por influência de vídeos populares.

A desigualdade de acesso à internet de qualidade e à educação digital crítica é outro fator preocupante. Nem todos os adolescentes têm condições de acessar conteúdos confiáveis ou desenvolver as habilidades necessárias para interpretar, comparar e filtrar as informações que consomem online. Em muitos contextos de vulnerabilidade, o uso da internet se restringe a dados móveis limitados e redes sociais gratuitas, o que restringe ainda mais o acesso a materiais educativos de qualidade. Essa realidade contribui para a reprodução das desigualdades sociais e informacionais, impactando diretamente na autonomia sexual e reprodutiva dos jovens.

A internet e as tecnologias digitais se tornaram parte inseparável da vida cotidiana de crianças e adolescentes, oferecendo inúmeras oportunidades de aprendizado, lazer e socialização. No entanto, esse mesmo ambiente — muitas vezes desregulado e pouco supervisionado — tem se tornado um dos principais canais para o aliciamento, manipulação e abuso sexual de adolescentes, cujas consequências incluem desde traumas psicológicos severos até gravidez indesejada na adolescência.

Diferentemente da violência sexual presencial, o abuso sexual online pode ser iniciado de maneira sutil, com a construção de vínculos emocionais falsos por parte do agressor. Essa prática é um processo de manipulação em que adultos se fazem passar por adolescentes em jogos online, chats de relacionamento ou redes sociais, com o objetivo de ganhar a confiança da vítima e levá-la à exposição sexual, seja por meio de envio de fotos íntimas, vídeos ou até encontros presenciais.

Segundo a UNESCO (2018), os casos de exploração sexual digital têm crescido de forma alarmante em países como o Brasil, onde o acesso à internet se expandiu mais rapidamente que a formação crítica para seu uso seguro. Crianças e adolescentes, movidos pela busca por afeto, validação ou pertencimento, tornam-se alvos fáceis em plataformas que incentivam a interação anônima e rápida.

As plataformas de jogos online multiplayer, como Roblox, Free Fire e Fortnite, oferecem funcionalidades de chat ao vivo e mensagens privadas. Embora sejam voltadas para o entretenimento, esses espaços se tornaram locais estratégicos para o aliciamento de menores. Como o artigo de Raquel (2023) evidencia, a presença de crianças nesses ambientes, sem

mediação familiar ou escolar, aumenta a exposição a conteúdos e interações inapropriadas, incluindo abordagens sexuais disfarçadas de brincadeira.

Além disso, o universo dos games frequentemente reproduz padrões de hipersexualização de personagens femininas, o que contribui para a naturalização da erotização precoce. Isso confunde as fronteiras entre fantasia e realidade e pode reduzir o senso crítico das vítimas diante de mensagens ou comportamentos abusivos.

Outra questão é a exposição de fotos nas redes sociais, especialmente por meninas adolescentes, representa outro ponto de entrada para práticas de abuso e exploração. Plataformas como TikTok e Instagram, organizadas em torno de algoritmos que priorizam estética, visibilidade e performance corporal, incentivam jovens a publicarem conteúdos com foco em aparência, dança e sensualidade — muitas vezes sem compreender os riscos envolvidos.

Conforme apontam Souza e Oliveira (2022), há uma relação direta entre a publicação de imagens por adolescentes e o assédio sexual online, com muitos relatos de perfis falsos pedindo fotos íntimas, ou compartilhamento indevido de imagens em grupos privados de conteúdo sexual. Essa lógica de “likes” e aprovação social pode levar meninas a se exporem cada vez mais, alimentando um ciclo de vulnerabilidade.

Há também os chats de relacionamento, esses aplicativos de relacionamento, mesmo aqueles voltados para adultos, têm sido utilizados por adolescentes — muitas vezes com perfis falsos — para explorar a própria sexualidade ou buscar relacionamentos afetivos. Esses espaços, por não possuírem verificação rigorosa de idade, facilitam o contato entre adolescentes e adultos, o que pode evoluir para encontros presenciais marcados por relação sexual não consentida ou coação.

O artigo de Raquel (2023) enfatiza que a ausência de educação sexual crítica e segura deixa os adolescentes desprotegidos frente a esse tipo de situação. Sem saber identificar sinais de abuso, ou sem ter com quem conversar, muitas vítimas silenciam, o que favorece a impunidade e a repetição dos casos.

Além disso, as adolescentes vítimas de violência sexual raramente procuram ajuda institucional, seja por medo de julgamento, seja por falta de acesso a serviços de saúde integrados. Isso amplia os danos físicos e emocionais, e perpetua o silêncio em torno de uma realidade que exige ação urgente.

As consequências do abuso sexual online não se limitam à gravidez. As vítimas desenvolvem frequentemente transtornos de ansiedade, depressão, baixa autoestima, autolesão e até ideação suicida. A vergonha, a revitimização institucional e o preconceito social ampliam a dor e o isolamento.

Como reforça Vilela et al. (2020), a violência sexual na adolescência gera impactos profundos e duradouros, afetando a capacidade da jovem de estabelecer vínculos afetivos, retomar os estudos ou manter uma vida social ativa. Quando há gravidez, esses impactos se multiplicam: a adolescente é estigmatizada como “irresponsável”, mesmo quando a gravidez foi fruto de uma violência.

Uma das consequências mais graves do abuso sexual — virtual ou presencial — é a gravidez indesejada na adolescência. Muitas vezes, as vítimas engravidam após relações sexuais forçadas por meio de aliciamento digital ou após encontros com abusadores que iniciaram contato pela internet. Essas gestações ocorrem sem planejamento, sem consentimento real e em contextos marcados por medo, culpa e ausência de rede de apoio.

A gravidez na adolescência permanece como um dos desafios mais persistentes e multifacetados da saúde pública e da educação no Brasil e em diversos países da América Latina. Embora as taxas tenham diminuído nas últimas décadas, ainda se mantêm em níveis preocupantes, especialmente entre adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Neste contexto, torna-se cada vez mais necessário compreender os novos fatores que influenciam a vivência da sexualidade na juventude, entre eles o papel crescente da internet, das redes sociais e da chamada educação sexual digital.

Conforme discutido anteriormente, os adolescentes de hoje vivem uma realidade atravessada pela presença constante das mídias digitais. O acesso à internet e o uso de redes sociais têm mudado não apenas a forma como se comunicam, mas também como constroem suas representações sobre o corpo, o prazer, os relacionamentos e a reprodução. Nesse cenário, a educação sexual digital – entendida como o conjunto de informações sobre sexualidade acessadas informalmente em ambientes online – passou a desempenhar um papel determinante no comportamento sexual de muitos jovens.

Um dos impactos mais significativos dessa nova dinâmica é a forma como os adolescentes tomam decisões sobre o início da vida sexual, o uso de métodos contraceptivos e a prevenção de gravidezes não planejadas. Ao contrário do que ocorria em gerações anteriores,

onde a escola e a família detinham o monopólio da informação (ainda que limitada), hoje os adolescentes têm autonomia para buscar respostas na internet – muitas vezes sem filtros, critérios ou acompanhamento adulto.

Essa liberdade, embora importante, não vem sem riscos. Macedo e Silva (2020) demonstram que grande parte do conteúdo consumido pelos jovens nas plataformas digitais carece de embasamento científico, sendo pautado por experiências pessoais, opiniões leigas ou até mesmo mitos e desinformações. Um levantamento de Souza e Oliveira (2022) aponta que entre os vídeos mais assistidos por adolescentes brasileiros sobre “vida sexual ativa”, há uma predominância de conteúdos sensacionalistas, com títulos apelativos e informações incorretas sobre métodos contraceptivos e riscos de gravidez.

A ausência de uma educação sexual formal, estruturada e contínua nas escolas amplia a importância e, ao mesmo tempo, a fragilidade da educação sexual digital. Estudo de Lima e Cardoso (2019) revela que as escolas de rede pública estão despreparadas para tratar de sexualidade em sala de aula, o que contribui para o silêncio institucional e empurra os estudantes para a internet. Assim, os jovens se veem sozinhos em um ambiente repleto de conteúdos díspares, onde verdade, opinião, erotização e moralismo se misturam de forma muitas vezes indistinta.

Nesse contexto, a gravidez na adolescência aparece como uma consequência possível da desinformação digitalizada, aliada a fatores estruturais como pobreza, baixa escolaridade, violência sexual e falta de acesso a serviços de saúde. Em comunidades com menos acesso à internet de qualidade e à formação crítica sobre o uso das mídias, os riscos se ampliam. Adolescentes com menor letramento digital tendem a consumir conteúdos de forma passiva, sem questionar sua veracidade ou implicações.

Alves et al. (2023) apontam que jovens de periferias urbanas brasileiras que acessam conteúdo sexual via redes sociais apresentam menor uso de preservativos na primeira relação sexual, indicando uma relação direta entre desinformação e práticas inseguras.

Outro fator importante é o modelo de sexualidade idealizado que circula nas redes sociais, especialmente entre influenciadores que romantizam a maternidade adolescente ou promovem relações precoces como sinal de maturidade ou status social. No YouTube e no TikTok, por exemplo, há centenas de vídeos de jovens mães contando suas rotinas com tom aspiracional, frequentemente omitindo as dificuldades reais enfrentadas por quem engravida na

adolescência: abandono escolar, desemprego, ausência paterna e sobrecarga emocional. Essa narrativa, ao ser consumida sem crítica, pode gerar efeitos de normalização ou até de incentivo velado à gravidez precoce, principalmente entre adolescentes em busca de afeto, pertencimento ou valorização social.

Além disso, as práticas sexuais influenciadas por desafios virais e conteúdos erotizados nas redes sociais podem encurtar o tempo entre o despertar da sexualidade e a primeira relação sexual, reduzindo as oportunidades de orientação prévia e planejamento. A velocidade com que os conteúdos circulam nas plataformas digitais desafia o tempo pedagógico da escola e o tempo afetivo da família, criando um descompasso entre o que os adolescentes vivenciam e o que os adultos conseguem mediar.

Segundo Alves et al. (2023), adolescentes que consomem conteúdo sexual não orientado nas redes sociais tendem a ter relações desprotegidas e iniciadas precocemente. Quando essas relações envolvem abuso ou coerção, o risco de gravidez aumenta ainda mais, especialmente em cenários de pobreza, exclusão educacional e ausência familiar.

Diante desse cenário, torna-se urgente o reposicionamento das instituições educacionais e das políticas públicas em relação à mediação digital da sexualidade. A escola, longe de competir com o universo digital, deve assumir o papel de mediadora crítica, capaz de dialogar com os repertórios digitais dos alunos, promover a leitura crítica da mídia e fomentar a produção de conteúdos informativos, éticos e acessíveis. A integração de mídias digitais na educação sexual pode ocorrer por meio de projetos interdisciplinares, rodas de conversa com apoio de conteúdos audiovisuais, oficinas de produção de vídeos, podcasts e campanhas online com protagonismo juvenil.

Além disso, é necessário fomentar parcerias com influenciadores comprometidos com a saúde pública, profissionais da saúde e coletivos juvenis que já atuam com credibilidade nas redes. Campanhas de prevenção, como o “#PartiuPapoReto” do Ministério da Saúde, ou iniciativas como o canal “Põe na Roda”, mostram que é possível produzir conteúdo atrativo, informativo e ético voltado para o público adolescente.

Portanto, a educação sexual digital não deve ser vista como uma ameaça, mas como uma oportunidade estratégica, desde que amparada por princípios científicos, éticos e inclusivos. O desafio contemporâneo não é afastar os jovens da internet, mas aproximá-los do conhecimento

confiável, da reflexão crítica e do cuidado consigo e com o outro. É nesse cruzamento entre tecnologia e cidadania que reside o potencial transformador da educação sexual na era digital.

Seria equivocado apontar a educação sexual digital como um problema em si. O que está em jogo é a qualidade e a mediação desses conteúdos, bem como a ausência de políticas públicas que reconheçam e incorporem a realidade digital dos jovens. A escola, por exemplo, poderia atuar como agente curador de conteúdos digitais, incentivando o uso pedagógico de canais confiáveis, desenvolvendo projetos de produção crítica de vídeos e podcasts e promovendo rodas de conversa que estimulem a reflexão sobre o que se consome online. Experiências como a do projeto “Educa + Sexualidade”, em São Paulo, ou os materiais do canal “Drauzio Varella”, já demonstraram que é possível aliar tecnologia, juventude e ciência na promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Além disso, é fundamental ampliar o acesso à internet de qualidade e ao letramento digital como políticas de equidade informacional. A garantia do direito à informação, como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), só se realiza plenamente se os adolescentes puderem navegar com segurança, consciência e senso crítico. Isso implica em reconhecer a educação sexual digital não apenas como um desafio emergente, mas como um novo território pedagógico e político.

Portanto, os impactos da educação sexual digital na gravidez na adolescência são múltiplos e ambivalentes. Ao mesmo tempo em que pode funcionar como ferramenta de empoderamento e acesso à informação, ela também pode ser canal de reprodução de mitos, inseguranças e riscos, se consumida de forma isolada, passiva ou desinformada. A resposta a essa realidade não é censura ou recuo, mas sim diálogo, formação e presença ativa das instituições públicas nos espaços digitais onde os adolescentes já estão.

CONCLUSÃO

A gravidez na adolescência, embora amplamente debatida no campo das políticas públicas de saúde e educação, exige uma abordagem renovada diante das transformações sociais, tecnológicas e comunicacionais que caracterizam o século XXI. A emergência da educação sexual digital como fenômeno cotidiano entre adolescentes demanda uma análise cuidadosa e crítica de seus efeitos, sobretudo quando se observa sua relação com os comportamentos sexuais, a desinformação e a gravidez precoce. Este estudo buscou compreender essas dinâmicas a partir

de uma revisão teórica e empírica, destacando os desafios e as possibilidades de um novo modelo de educação sexual que ultrapassa os muros da escola e penetra intensamente nos dispositivos móveis e plataformas digitais.

No estudo examinamos como a adolescência é atravessada por transformações biopsicossociais que intensificam a busca por autonomia, identidade e pertencimento. A sexualidade, nesse contexto, emerge como uma dimensão fundamental da experiência juvenil, exigindo espaços de escuta, orientação e diálogo. No entanto, a realidade brasileira ainda é marcada por tabus, silêncios e resistências à abordagem franca da sexualidade nas escolas e nas famílias.

A ausência de políticas educacionais eficazes, a insuficiente formação docente e o conservadorismo que permeia muitas comunidades criam um vácuo informacional que impacta diretamente na formação dos adolescentes, empurrando-os para outras fontes de conhecimento — especialmente o ambiente digital.

Analisamos como a internet passou a ocupar esse espaço deixado pelas instituições formais. A educação sexual digital, informal e acessível, tornou-se uma das principais formas de os jovens se informarem sobre sexo, corpo, prazer, métodos contraceptivos e relacionamentos. Há, nesse processo, potenciais emancipatórios, como o acesso democrático à informação, a valorização da diversidade de gênero e orientação sexual, e o protagonismo juvenil na produção de conteúdos educativos.

Entretanto, também emergem riscos significativos: desinformação, romantização de práticas sexuais de risco, normalização de comportamentos abusivos, erotização precoce e exposição a discursos superficiais ou moralistas. A fluidez do ambiente digital e a lógica de engajamento dos algoritmos intensificam essas ambivalências, tornando a mediação crítica ainda mais necessária.

Foi evidenciado que a ascensão das plataformas digitais transformou profundamente as formas de sociabilidade, afetividade e sexualidade na infância e adolescência. Embora essas tecnologias ofereçam oportunidades educativas e de expressão, também se tornaram terreno fértil para práticas de violência, manipulação e abuso sexual, especialmente quando não mediadas por adultos ou instituições educativas. Entre os principais fatores de risco emergentes, destacam-se os jogos online, a exposição de imagens nas redes sociais e os contatos virtuais não supervisionados com adultos, muitas vezes disfarçados sob perfis falsos.

Demonstramos como esses fatores se conectam diretamente com a gravidez na adolescência. Jovens que acessam conteúdos digitais sem acompanhamento crítico muitas vezes desenvolvem crenças equivocadas sobre métodos contraceptivos, consentimento, risco de gravidez e idealização da maternidade precoce.

A ausência de políticas públicas que dialoguem com essa nova realidade acentua o problema: programas de prevenção ainda operam sob paradigmas desatualizados, com pouca inserção nas linguagens juvenis e baixa presença nos meios digitais onde os adolescentes realmente estão. Soma-se a isso a desigualdade de acesso à internet e à educação digital, o que faz com que adolescentes em situação de vulnerabilidade social estejam ainda mais expostos aos riscos da desinformação e da exclusão informacional.

Diante desse cenário, este artigo defende que a educação sexual digital não deve ser vista como inimiga, mas como aliada estratégica, desde que ancorada em princípios científicos, éticos, inclusivos e democráticos. Para isso, são necessárias ações coordenadas e intersetoriais, que envolvam educadores, profissionais da saúde, famílias, gestores públicos, influenciadores digitais e os próprios adolescentes como sujeitos centrais do processo. É urgente construir uma educação sexual integrada à cultura digital, que não apenas transmita informações, mas desenvolva competências para o pensamento crítico, o letramento digital e o cuidado de si e do outro.

1818

Nesse sentido, recomenda-se: A formação docente contínua com foco em educação sexual crítica e mediação de conteúdos digitais; A inclusão da educação midiática nos currículos escolares, ensinando adolescentes a reconhecerem fontes confiáveis e a navegarem com segurança; A criação de plataformas públicas e canais educativos digitais, com conteúdo validado por especialistas e linguagem acessível aos jovens; O fortalecimento de políticas públicas que garantam o acesso equitativo à internet de qualidade e à saúde reprodutiva; E o estímulo ao protagonismo juvenil na produção de campanhas, vídeos e projetos educativos nas redes sociais.

Por fim, reafirma-se que a educação sexual é um direito e uma condição fundamental para o exercício da cidadania, da autonomia e da equidade de gênero. Garantir esse direito no mundo digital significa repensar velhas práticas e assumir a complexidade do presente, onde a informação circula em rede e a juventude constrói sentidos em múltiplos territórios — físicos e virtuais.

Enfrentar a gravidez na adolescência exige, portanto, não apenas dados e campanhas, mas escuta, diálogo, respeito à diversidade e o compromisso político com o futuro de uma geração hiperconectada e, ao mesmo tempo, muitas vezes desinformada. Transformar essa realidade é um dever coletivo e urgente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Sexualidade, violência e desigualdade de gênero na escola: um desafio à construção da cidadania entre adolescentes**. Brasília: UNESCO, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/98865795/5103.pdf>. Acesso em: 22/02/2025.

ALVES, Larissa; SILVA, Rafael; PEREIRA, Jéssica; MOURA, Camila; COSTA, Danilo. **Educação sexual e gravidez na adolescência: a influência das redes sociais**. *Revista Brasileira de Educação em Saúde*, v. 9, n. 2, p. 122-138, 2023. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/issue/archive>. Acesso em 22/02/2025.

ARAÚJO, Raquel Nogueira. **Educação sexual digital e gravidez na adolescência: o impacto de plataformas online no comportamento sexual de jovens**. *Ciências Da Saúde - V. 2 | N. 1 | p.1*, 2023. Disponível em: Download PDF Direto - Revista UniFTC. Acesso em: 08/03/2025.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

LIMA, Flávia de Souza; CARDOSO, Tatiane Silva. **A educação sexual na escola pública e a formação docente: desafios e contradições**. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 35, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/242126/001142142.pdf?sequence=1> Acesso em 25/02/2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

MACEDO, Thais Siqueira de; SILVA, Juliana Tavares da. **YouTubers e sexualidade: a educação informal nas redes sociais**. *Revista Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 23-42, 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/issue/view/11851>. Acesso em: 10/03/2025.

SILVA, Leila Cristina da; FREITAS, Milene da Silva; ARAÚJO, Raquel Nogueira. **Gravidez na adolescência: desafios para a saúde pública**. *Revista Saúde em Foco*, v. 9, n. 1, p. 49-58, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348977425_Pesquisas_em_saude_relatos_experiencias_e_perspectivas#page=89. Acesso em 07/03/2025.

SOUZA, Camila Mendes de; OLIVEIRA, Pedro Henrique. **Influenciadores digitais e sexualidade: riscos e oportunidades para adolescentes**. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 3, p. 372-380, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/i/2022.v30n1/>. Acesso em 10/03/2025.

UNESCO. **Educação Sexual em tempos de mudanças:** orientações para políticas públicas na América Latina e Caribe. Brasília: UNESCO, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000266139>. Acesso em: 05/02//2025.

VILELA, Maria Helena; SILVA, Ana Carolina; FERNANDES, Lígia; MOREIRA, Flávio; GOMES, Tatiane. **Sexualidade, corpo e adolescência:** a experiência do Instituto Kaplan. São Paulo: Instituto Kaplan, 2020. Disponível em: <https://grupooncoclinic.com/unidades/instituto-de-oncologia-kaplan-matriz>. Acesso em 25/02/2025.